

Lei dá desconto de até 80% a prefeitos

A lei, sancionada pelo governador Wellington Dias (PT), é de autoria dos deputados Robert Rios e Liziê Coelho

A partir da nova lei, gestores condenados pelo não envio de informações ao Tribunal de Contas

do Estado (TCE) podem ter até 80% de descontos no valor das multas aplicadas aos gestores.

Com a sanção, também fica determinado que 50% dos valores arrecadados pelo TCE serão destinados

para o financiamento de cursos de capacitação de servidores e a outra parte para aquisição de equipa-

mentos e custeio do Fundo de Modernização do TCE.

Pág. 03

Polêmica

Lei concede até 80% de descontos em multas aplicadas pelo TCE a gestores

Lei sancionada pelo governador chegou a ser alvo de polêmicas de diversos setores que acreditam que a legislação incentivará a corrupção

João Magalhães
Repórter

O governador Wellington Dias (PT) sancionou o projeto de lei nº 6.763 que trata sobre a regulamentação e redução do valor das multas aplicadas pelo Tribunal de Contas do Estado. Pela nova legislação, gestores condenados pelo não envio de informações ao TCE podem ter até 80% de descontos no valor das multas. Com a sanção, também fica determinado que 50% dos valores arrecadados pelo TCE serão destinados para o financiamento de cursos de capacitação de servidores e a outra parte para aquisição de equipamentos e custeio do Fundo de Modernização do TCE.

O projeto de lei foi de

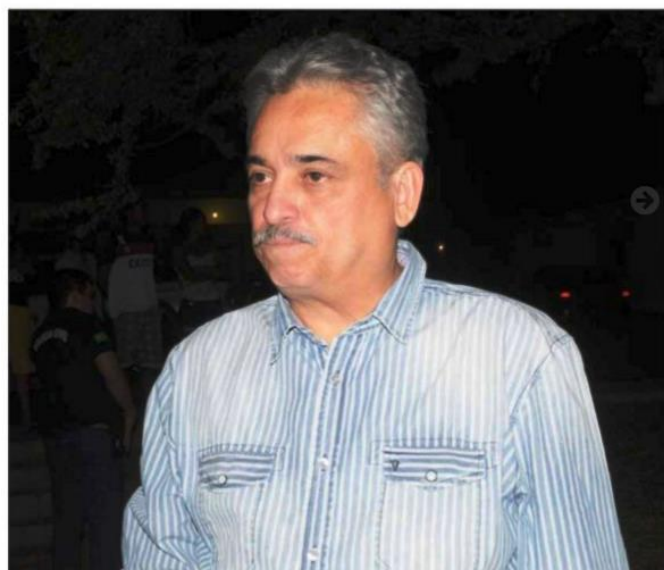
autoria da deputada estadual Liziê Coelho (PTB), mas praticamente foi refeito após o deputado estadual Robert Rios (PDT) apresentar emendas. Segundo Robert Rios, o desconto é necessário para viabilizar o pagamento das multas. Ele explica que o TCE tem aplicado multas em valores praticamente impagáveis e os descontos vão possibilitar gestores e ex-gestores condenados a realizarem o pagamento.

“Normalmente o TCE vinha aplicando multas muito altas. Ai o ex-gestor prefere desistir da política e não pagá-la. Com esse desconto, os valores ficam acessíveis. É praticamente uma forma do TCE recuperar um dinheiro que já estava perdido. É quase

um refinanciamento da dívida.”, explica Robert Rios (PDT).

Desde o ano passado que gestores vinham reclamando do valor das multas aplicadas pelo TCE. No entanto, a proposta sempre causava uma reação de segmentos ligados ao combate a corrupção, que alegam que a redução das multas pode incentivar gestores públicos a cometerem irregularidades e terem a sensação de impunidade.

Pela lei aprovada na Assembleia e sancionada pelo governador, o valor das multas pode ter desconto de 80% caso sejam pagas integralmente em até 90 dias, 60% se forem pagas em até 120 dias e 50% se forem pagas integralmente em até 180 dias.



O deputado Robert Rios (PDT) foi autor de várias emendas ao projeto de lei inicial

Sábado

Teresina, 16 de janeiro de 2016



DIÁRIO

do Povo do Piauí

ENVIE DENÚNCIAS, FOTOS,
VÍDEO E SUGESTÕES DE PAUTA.

 **WhatsApp**
(86) 98121-9514

Não esqueça de se identificar.

■ COCAL

TCE bloqueia R\$ 16 milhões do antigo Fundef

O Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI), por decisão monocrática da conselheira Waltânia Alvarenga, bloqueou a movimentação da conta 16.062-8; Agência 1777-9, que corresponde à conta que foram depositados R\$ 16.123.392,46, ganhos pelo município de Cocal em ação contra União Federal referente ao antigo Fundef (Fundo de

Desenvolvimento do Ensino Fundamental) de Cocal, hoje regido pelo Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação).

O pedido de bloqueio foi feito pelo Sindicato dos Servidores Municipal (Sindserm) de Cocal, em virtude de o prefeito não ter cumprido o que consta

na sentença judicial, que designa o depósito do recurso do antigo Fundef na conta do município autor Fundef, e administrados em teor dos artigos 3º, 4º e 11º do mesmo fundo, hoje inseridos no artigo 19 do atual Fundeb, em razão da extinção do Fundef.

A decisão monocrática foi concedida como medida cabível para evitar eventuais desvi-

os e garantir, após decisão judicial, o pagamento conforme a Lei 11.494/2007 que regula o Fundeb, em seu artigo 22, que diz que "Pelo menos 60% (sessenta por cento) dos recursos anuais totais dos Fundos serão destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública".



Detran

TCE considera irregular gestão de contas do ex-diretor José Antônio Vasconcellos

O Tribunal de Contas do Estado reprovou a gestão das contas do Departamento Estadual de Trânsito – Detran, referente a 2011, de responsabilidade do ex-diretor José Antônio Vasconcellos. Na decisão, o ex-gestor ainda foi multado em 2000 UFR-PI, o equivalente a R\$ 6 mil e condenado a devolver R\$ 652.514,89. O TCE também optou por abrir um processo de Tomadas de Contas Especiais para investigar possíveis danos causados ao Estado por causa de um contrato firmado entre o Detran e um instituto de pesquisa, no valor de R\$ 464 mil.

A relatora do processo foi a conselheira Waltânia Alvarenga, que teve o voto seguido por todos os outros conselheiros, com exceção de Lilian Martins, à época primeira dama do Estado e uma das responsáveis pela indicação de Antônio Vasconcellos para o cargo de diretor do Detran.

Na ação que trata sobre a devolução de recursos, o acórdão da decisão mostra que o valor de R\$ 652 mil é resultado da soma de R\$ 38 mil referentes pagamento maior no valor da vantagem Gratificação por Condição Especial de Trabalho –



Arquivo O3/A

José Antônio Vasconcellos dirigiu o Detran em 2011, no Governo Wilson Martins

GCET: R\$ 20.937,92, pelo pagamento de gratificação variável em desacordo com a Lei Estadual nº 5.933/09; R\$ 225.064,50, em face do pagamento de despesas que caracterizam desvio de

finalidade: - R\$ 160.375,71, decorrentes do valor pago a maior pelos serviços de captura de imagem e provas; - R\$ 207.570,00, em razão do pagamento de jeton, sem respaldo legal.

O DIA tentou contato com o ex-gestor do órgão pelo telefone, mas não obteve sucesso. O acórdão está publicado no diário oficial do Tribunal de Contas do Estado de sexta-feira (15).

Domingo

Teresina, 17 de Janeiro de 2016



DIÁRIO

do Povo do Piauí

ENVIE DENÚNCIAS, FOTOS,
VÍDEO E SUGESTÕES DE PAUTA.

 **WhatsApp**
(86) 98121-9514

Não esqueça de se identificar.

Em Tempo

Da equipe

emtempodp@hotmail.com

Bloqueio

Na quinta-feira (14), o TCE/PI decidiu, a partir de decisão monocrática, concedida pela conselheira Waltânia de Sousa Leal, bloquear imediatamente a conta do Fundeb do município de Cocal. O pedido de bloqueio foi feito pelo Sindsem, em virtude de o prefeito não ter cumprido sentença judicial, designando que os valores de R\$ 16,123 milhões, sejam depositados em conta do antigo Fundef e utilizados para pagamento exclusivamente de servidores da educação.

Segunda-feira

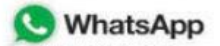
Teresina, 18 de janeiro de 2016



DIÁRIO

do Povo do Piauí

ENVIE DENÚNCIAS, FOTOS,
VÍDEO E SUGESTÕES DE PAUTA.



WhatsApp

(86) 98121-9514

Não esqueça de se identificar.

Gastos com pessoal aumentaram 8,92%

Os gastos com salários de pessoal no Estado registraram crescimento de pouco mais de 11% entre janeiro e dezembro do ano passado e de 8,92% de 2014 para 2015, segundo dados do relatório de gestão da Secretaria Estadual de Administração e Previdência (SeadPrev) divulgado na semana passada. A folha de pagamento do funcionalismo fechou em R\$ 298,045 milhões em dezembro, contra R\$ 267,772 milhões em janeiro – R\$ 31,273 milhões a mais entre um mês e outro.

Comparando dezembro de 2014 com o mesmo mês de 2015, verificou-se um acréscimo de 8,92%, o que representou R\$ 26,573 milhões a mais na folha de pagamento, segundo o relatório de gestão. De acordo com o secretário estadual de Administração e Previdência,



Foto: Divulgação

FRANZÉ SILVA a folha de pagamento do Estado também cresceu

Franzé Silva, esse gasto a mais refere-se a ganhos dos servidores com leis e planos de cargos e salários aprovados ainda no Governo Wilson Martins (2011/2014) e ao aumento do piso nacional do magistério.

No total, o Estado aplicou R\$ 3,538 bilhões com o pagamento dos salários e benefícios dos servidores públicos ativos e inativos em 2015 – um aumento de 9,49% em relação aos R\$ 3.232 bilhões gastos em 2014. O nú-

mero de servidores também aumentou – passou de 92.120 em janeiro para 98.914 em dezembro. Segundo Franzé Silva, o Governo fez malabarismo em 2015 para manter o controle da folha de pagamento e evitar aumentos que pudessem colocar em risco a obediência aos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) em relação aos gastos com pessoal.

As despesas com pessoal, que iniciaram com R\$ 267 milhões em janeiro, chegaram a R\$ 304,370 milhões em novembro, baixando para R\$ 298 milhões em dezembro. “A administração da folha de pessoal tem sido um dos grandes desafios de todos os estados da Federação, principalmente num cenário de desaquecimento da economia e queda das receitas de transferências”, observa o Franzé Silva. (MG)

Terça-feira

Teresina, 19 de janeiro de 2016



DIÁRIO

do Povo do Piauí

ENVIE DENÚNCIAS, FOTOS, VÍDEO E SUGESTÕES DE PAUTA.

WhatsApp
(86) 98121-9514

Não esqueça de se identificar.

■ TERCEIRIZAÇÃO

TCE julga auditoria sobre irregularidades em hospital

Tribunal julga esta semana pedido de suspensão de contrato de gestão entre Sesapi e Organização Social em Picos

CATARINA SANTIAGO
REPÓRTER DE POLÍTICA

O Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI) apreciará quinta-feira, em sua primeira sessão plenária em 2016, o resultado da auditoria realizada por técnicos do órgão no contrato de gestão entre Governo do Estado e a Organização Social Instituto de Gestão e Humanização (IGH), para gerir o Hospital Regional de Picos Justino Luz.

Os conselheiros vão decidir se mantêm a medida cautelar expedida ainda em outubro do ano passado, que determinou a suspensão imediata da transferência da administração do hospital para a OS.

No relatório, os auditores afirmam ter encontrado irregularidades contratuais, além de indicação de "lesão ao erário", falta de consulta ao Conselho Municipal de Saúde e "deseconomia". A auditoria pede a suspensão imediata do contrato com a OS até que os "vícios" encontrados sejam sanados. Os técnicos também apontaram, com base no contrato enviado pela Secretaria Estadual da Saúde (Sesapi) ao



Foto: Divulgação

CONSELHEIRO Kennedy Barros: parecer sobre relatório de terceirização de hospital será apreciado esta semana

Tribunal, que o Estado gastará mais com a gestão da OS do que com a gestão atual.

O relator da matéria no TCE, o conselheiro Kennedy Barros, disse ao Diário do Povo que defenderá a manutenção de medida cautelar. Ele informou ainda que encaminhou, na primeira semana de janeiro, o resultado da auditoria ao secretário estadual da Saúde, Francisco Costa. Kennedy informou que, mesmo antes da notificação, o gestor enviou vários documentos ao TCE que ainda estão sendo avaliados.

"Eu já notifiquei o gestor

sobre o teor do apurado na auditoria. Mas dois dias antes de eu mandar notificá-lo, o secretário (Francisco Costa) enviou uma enormidade de documentos mesmo antes de receber a notificação. Determinei que essa documentação fosse encaminhada aos mesmos técnicos que fizeram a auditoria, mas não sei ainda se a documentação bate com o que foi apontado no relatório", disse Kennedy Barros.

Ele disse ainda que o contrato não está inviabilizado se o Governo do Estado corrigir os vícios legais comprovados.

Mas o relator frisou que caso o Estado não acate as orientações do TCE, haverá configuração de improbidade administrativa. "No momento que você insiste numa contratação que o órgão de controle já disse que ele fere a lei, a partir daí essa contratação não tem razão de existir. No momento que se tomar conhecimento da auditoria e não se tomar as providências, a partir daí eu acho que questão já vai para os itens que motivam prestações de contas, que justifica ação de improbidade", finalizou Kennedy Barros.

SECRETARIA CONSTRÓI HOSPITAL DE R\$ 51 MILHÕES

Ao mesmo tempo em que transfere a gestão do Hospital Justino Luz para uma organização social, a Secretaria Estadual de Saúde está retomando as obras de um novo hospital em Picos que vai custar R\$ 51,6 milhões ao Estado. O hospital é projetado para atender cerca de meio milhão de pessoas, de Picos e outros 60 municípios no entorno. As obras foram iniciadas ainda em 2010 e estavam paralisadas há quatro anos.

Os recursos são de emenda parlamentar do deputado federal Assis Carvalho (PT), no valor de R\$ 34,6 milhões, com a contrapartida de R\$ 17 milhões do Governo do Estado. A Prefeitura de Picos doou o terreno. "Fizemos uma série de encaminhamentos e ajustes técnicos para sanar as pendên-

cias e poder acessar o recurso para dar continuidade às obras. Nessa conjuntura, conseguimos resolver a burocracia que estava dificultando e agora retomaremos essa obra que vai ser importantíssimo para aquela população", disse o secretário de Estado da Saúde, Francisco Costa.

O projeto original prevê 260 leitos de enfermaria, 24 leitos de UTI adulto, central de processamento de resíduos, auditório com 150 lugares, refeitório e biblioteca. Segundo o secretário, a estrutura da unidade de saúde também funcionará como hospital escola para implantação do curso de medicina pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), que deve ser implantado no segundo semestre de 2016.

Zózimo Tavares

zozimotavares@ig.com.br

No escuro

O Tribunal de Contas do Estado do Piauí suspendeu o expediente ontem porque a região estava sem energia elétrica. Por volta das 11h, os servidores do TCE-PI foram dispensados das funções.

Se adotar essa providência como regra, vai funcionar muito pouco este ano, pois falta de energia é o que não vai faltar!






Valor de R\$ 16.123.392,46 - 16/01/2016 às 08h53

TCE bloqueia conta da prefeitura de Cocal com recursos do antigo Fundef

 Curtir 18

 Tweet

 + 0

 Compartilhar  

O Tribunal de Contas do Estado do Piauí decidiu a partir de decisão monocrática, concedida pela Conselheira Waltânia Maria N. de Sousa Leal, na última quinta (14), bloquear a movimentação da conta 16.062-8, agência 1777-9 que foi depositado o recurso do antigo FUNDEF, hoje regido pelo FUNDEB do município de Cocal.

O pedido de bloqueio foi solicitado pelo Sindicato dos Servidores Municipais de Cocal após sentença que designa que o recurso de R\$ 16.123.392,46, referente à diferença entre o que foi transferido de 07/11/2000, até o exercício de 2004, ganho pelo município de Cocal em ação contra União Federal, sejam usados exclusivamente para atender o objeto de sua vinculação.

O sindicato exige que o recurso seja utilizado na manutenção do desenvolvimento da educação básica pública, conforme a Lei 11.494/2007 que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, em seu art. 22, ou seja, pelo menos 60% (sessenta por cento) dos recursos anuais totais dos Fundos serão destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública.

Publicado Por: Carlos Eugênio



Foi sancionada pelo governador - 19/01/2016 às 09h23

Lei da Assembleia Legislativa beneficia os maus gestores do Piauí

Curtr

Tweet

G+1

Compartilhar



A lei que concede 80% de descontos em multas aplicadas pelo Tribunal de Contas do Estado a prefeitos municipais foi sancionada pelo governador e publicada no último dia 14 de janeiro. Apresentado pelos deputados Lizié Coelho (PTB), Gustavo Neiva (PSB), Edson Ferreira (PSD), Rubem Martins (PSB), Zé Santana (PMDB), Dr. Pessoa (PSD), Evaldo Gomes (PTC) e Robert Rios (PDT), o projeto foi aprovado no final do ano legislativo de 2015 na Assembleia Legislativa.

Pela lei, eles terão até 80% de desconto no valor das multas aplicadas pelo órgão. De acordo com a nova lei, também fica determinado que 50% dos

valores arrecadados pelo TCE serão destinados para o financiamento de cursos de capacitação de servidores dos municípios.

Fonte: Com informações do jornal Diário do Povo
Publicado Por: Jhone Sousa



Auditoria foi realizada - 19/01/2016 às 09h24

TCE julga auditoria sobre irregularidades no Hospital de Picos

Compartilhar

Conheça como funciona o 180 por dentro



O Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI) apreciará quinta-feira, em sua primeira sessão plenária em 2016, o resultado da auditoria realizada por técnicos do órgão no contrato de gestão entre Governo do Estado e a Organização Social Instituto de Gestão e Humanização (IGH), para gerir o Hospital Regional de Picos Justino Luz.

Os conselheiros vão decidir se mantém a medida cautelar expedida ainda em outubro do ano passado, que determinou a suspensão imediata da transferência da administração do hospital para a OS.

No relatório, os auditores afirmam ter encontrado irregularidades contratuais, além de indicação de "lesão ao erário", falta de consulta ao Conselho Municipal de Saúde e "deseconomia".

Fonte: Com informações do jornal Diário do Povo
Publicado Por: Jhone Sousa



Rauristênio Bezerra

Flash da Política

TCE vai julgar denúncia contra prefeito Josiel Batista

O Tribunal de Contas do Estado vai julgar, na próxima quinta-feira (21), denúncia de irregularidade contra a prefeitura de José de Freitas, referente ao exercício de 2014.

Imagem: Germana Chaves / GP1



Prefeito Josiel Batista

A denúncia foi feita pelo Ministério Público de Contas contra o prefeito Josiel Batista da Costa e refere-se ao fato de que até a presente data o gestor do município de José de Freitas não encaminhou a este Tribunal de Contas os documentos que compõem a prestação de contas mensal do exercício financeiro de 2014 (SAGRES-CONTÁBIL, SAG RES-FOLHA e Documentação comprobatória das despesas), essenciais ao início da análise da prestação de contas.

Outro lado

Em entrevista ao GP1, o secretário de Governo da prefeitura de José de Freitas, Luís Santiago, afirmou que realmente teve atraso na prestação de contas, mas que já estão buscando regularizar a situação.

"Já estamos tomando providências em relação a isso. Já temos uma pessoa que está buscando informações no TCE para que seja regularizada essa situação. O atraso que teve foi na aplicação da prestação de contas online, onde várias prefeituras tiveram o mesmo problema e infelizmente a gente também", explicou Luís Santiago.

Escrito por Rauristênio Bezerra em 19/01/2016 às 09h45

Atualizada em 19/01/2016 - 09h47



19/01/2016 - 06h15

[Denúncia](#)

A+ aumentar fonte A- diminuir fonte

Vereadores apresentam denúncia ao TCE contra prefeito Juscelino

A denúncia foi apresentada por um grupo de quatro vereadores. O relator do processo é o conselheiro substituto, Alisson Felipe de Araújo.

RAISA BRITO, DO GP1

Atualizada em 19/01/2016 - 07h45

Vereadores de Pajeú do Piauí, município localizado ao sul do Estado, apresentaram denúncia ao Tribunal de Contas do Estado (TCE), contra o atual prefeito da cidade, Juscelino Mesquita. Eles acusam o gestor e a secretária de obras, Ellen Dayane Cronemberger, de cometerem atos de improbidade administrativa e desvio de recursos públicos.

Os autores da denúncia foram Francisco de Assis Ribeiro de Lima, José Nilson Almeida de Amorim, Valter Gonçalves dos Santos e José Pereira dos Santos. Os parlamentares entraram com ação no TCE, no dia 16 de março de 2015. O relator do processo é o conselheiro substituto, Alisson Felipe de Araújo.

Imagem: Divulgação



Prefeito de Pajeú do Piauí, Juscelino

De acordo com a denúncia, durante o ano de 2013, o prefeito comprou por diversas vezes, materiais de construção, que seriam utilizados na reforma de escolas, de uma praça, no prédio do CRAS e de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) do município. Entretanto, os vereadores afirmam que nenhuma obra foi feita neste período.

Junto à denúncia, estão anexados recibos de pagamentos a empresas da construção civil, que segundo os vereadores, teriam sido autorizados pelo prefeito, além de notas fiscais e extratos bancários. Os recibos somam o valor de R\$ 41.043,75 (quarenta e um mil, quarenta e três reais e setenta e cinco centavos).

Pedido

Os vereadores pedem ao TCE, a apuração da denúncia contra o prefeito Juscelino Mesquita e a secretária de obras Ellen Dayane, e que os mesmos sejam punidos, conforme a lei.

Outro lado

O assessor jurídico da prefeitura de Pajeú do Piauí, James Rodrigues, informou ao GP1, que a denúncia não tem fundamento e foi feita puramente por interesse político, dos vereadores. "Todos os materiais que foram adquiridos foram destinados a alguma obra. E os que ainda não foram usados, estão a disposição para a utilização. O que acontece é que o prefeito realizou a compra dos materiais por aquisição direta de serviços, que sai mais em conta pra prefeitura, e os vereadores acabaram confundindo. Essa denúncia não tem fundamento, o que acontece é que estamos em período eleitoral, aí vão surgir muitas denúncias", afirmou.